

Coisas de Goiás, Maria: desvendando novas tendências da preservação do patrimônio cultural no Brasil

Clovis Carvalho Britto, Maria José da Silva Rezende***

Resumo

O presente artigo visa recuperar a trajetória de Maria Grampinho na Cidade de Goiás a partir da análise de diversos discursos, contribuindo, assim, para o estudo das novas tendências do patrimônio cultural no Brasil. Busca compreender as mudanças no campo do patrimônio cultural, pautando-se, desse modo, na questão da memória e das representações sociais. Contribui, portanto, para a gestão de uma série discursiva que vem emergindo no cenário da cultura, com novos atores, práticas e efeitos: o reconhecimento do valor do que anteriormente era marginalizado, não-consagrando, no campo do patrimônio. Pretende, assim, fornecer meios para a compreensão de uma nova categoria de símbolos que se instituem na batalha entre lembrança e esquecimento.

Palavras-chave: patrimônio, identidade, cultura.

O título deste artigo é uma alusão a um dos poemas da escritora goiana Cora Coralina (1889-1985) quando homenageou um dos símbolos de sua velha cidade. O recuperamos por magistralmente resumir uma das mais ricas fontes de pesquisa que relacionam tempo, memória, patrimônio cultural e cidade: os tipos populares ou tipos de rua.

É característica do modernismo brasileiro, da qual a poetisa goiana se tornou uma representante, a incorporação de temas até então considerados não-poéticos às produções de seus autores. Temas que permaneciam fora das esferas literárias foram abraçados e as coisas simples, sem a tradicional monumentalidade, os costumes e personagens populares, começaram a ser alvo da atividade artística. Com o patrimônio cultural brasileiro não foi diferente: tornou-se necessário a instituição de mecanismos para que o considerado “patrimônio-não consagrado” fosse objeto de proteção.

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (1996), a expressão “patrimônio cultural não-consagrado” surgiu na década de 1980 para designar os bens culturais que não integravam o universo do patrimônio histórico e artístico nacional, figurando, no melhor das hipóteses, apenas como bens de valor etnográfico. Seriam produções dos “excluídos” da história-oficial. A autora ressalta que a justificativa da exclusão por parte dos organismos competentes era baseada na falta de testemunhos materiais significativos da cultura desses grupos sociais.

A diversidade dos bens indicados à composição do patrimônio cultural brasileiro contribui, sem dúvida, para a consolidação de novas identidades coletivas que, através dos bens materiais e simbólicos, podem consagrar objetos e atitudes de facções culturais como portadoras de representações da nação, de um estado, de uma cidade ou comunidade.

O considerado “patrimônio cultural não-consagrado” consiste em um conjunto de bens até então desprezados pelas práticas preservacionistas e que, na atualidade, vêm, timidamente, buscando atingir equiparação às demais representações. As culturas negra,

indígena, camponesa, popular, imigracionista, dentre outras, eram reconhecidas apenas por seus valores folclóricos e as práticas de preservação consolidavam os valores das elites, firmando como bens nacionais os de tendência civil, militar e religiosa dos grupos dominantes. Segundo essas considerações, “se a reparação material dos danos aos povos excluídos da história oficial é tema extremamente complexo, mais importante torna-se a reparação simbólica” (FONSECA, 1996, p.160). Nesse rol é oportuno destacarmos o patrimônio representativo de culturas populares que, apesar de ter sido historicamente silenciado, resiste e necessita ser efetivamente reconhecido e internalizado como fonte portadora de história.

Atualmente a promoção de análises sobre o chamado patrimônio cultural tem ocupado centralidade, especificamente nos estudos relativos ao imaginário urbano: “linguagem de linguagem, a imagem urbana é uma mediação para compreender o significado das relações sócio-culturais na cidade” (FERRARA, 1999, p.225).

Observa-se que “preservação e destruição são categorias exacerbadas devido ao ritmo de suas modificações” (FREIRE, 1997, p.57). Portanto, o próprio ato de seleção do que se deve preservar, do que poderá ser legado às gerações futuras constitui, dependendo da forma, algo autoritário. É nesse sentido que Stuart Hall (1996) afirma que a chamada identidade cultural não é tão transparente e tão sem problemas.

Do mesmo modo é oportuno lembrarmos que

desaparecer ou permanecer são funções do tempo, só no seu decorrer é que as coisas ficam ou passam. A ação humana ambiciona intervir nesse processo, selecionando o que guardar e o que deixar de lado ou destruir. (...) Como, então, se estabelece a distinção entre o que deve permanecer e o que pode ou deve deixar de existir tanto em relação às idéias como com relação às coisas? O ato de selecionar, de escolher é o que permanece para sempre (REZENDE SILVA, 1996, p. 165).

As recentes práticas de promoção e preservação do patrimônio cultural têm, além de reconhecido a importância do denominado “patrimônio-não consagrado”, exorbitado a importância material do bem, resguardando a vertente não-tangível. Destaca-se, dentre essas ações, a proteção ao patrimônio imaterial, reconhecido pela UNESCO como representações, expressões, práticas, técnicas e conhecimentos e objetos, artefatos e lugares que lhe são associados e as comunidades, indivíduos e grupos que se reconhecem como parte integrante desse patrimônio.

O patrimônio imaterial é transmitido pelas gerações e recriado constantemente em função de seu ambiente, história e interação com a natureza, construindo um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para a promoção da diversidade cultural e da criatividade humana.

No Brasil, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial constitui um divisor de águas na política cultural. Instituído pelo Decreto-Lei n. 3.551 de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. Uma das formas de proteção e promoção seria o registro dos bens nos livros assim classificados: Livro de Registro dos Saberes, para os modos de fazer e conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para as festas e os rituais que simbolizam vivência coletiva, entretenimento, religiosidade e outras práticas sociais; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para feiras, santuários, mercados, praças onde são reproduzidas ou reunidas práticas culturais coletivas. Para Ana Gita de Oliveira,

dado que o patrimônio imaterial é, por definição, constituído por bens de natureza processual dinâmica e internamente muito diverso, nos conduz a pensar em políticas diferenciadas que respondam efetivamente por sua preservação. Os conhecimentos produzidos sobre esses bens culturais, são organizadores das políticas voltadas a sua preservação. Vale ressaltar, a importância do Inventário Nacional de Referências

Culturais que possibilita a produção de conhecimentos específicos sobre esses bens, inclusive aqueles associados ou não à biodiversidade (2004, p. 3)

vê-se uma Cora que não se fez poetisa para louvar os grandes, os importantes, o poder institucionalizado: Cora se fez poeta para lembrar à sociedade de Goiás que existe uma periferia marginalizada. (...) A crítica social está pulsando nos poemas da escritora denunciando uma sociedade estratificada e injusta. (...) A sua percepção não é a mesma da infância; alteraram-se os juízos de valor. Portanto, a memória de Cora está amarrada à memória do grupo, e ela procura soltar essas amarras legitimando os grupos marginalizados da sociedade (p. 86-87).

Nosso fio condutor, na diversidade cultural de Goiás, será uma trajetória em especial, de um personagem que a ciência social tem definido como “tipo popular” ou “tipo de rua”. Assim como na sensibilidade poética de Cora, pretendemos captar as nuances de Maria, quatro vezes excluída da considerada “boa sociedade” (como tipo de rua, como negra, como pobre e como mulher), para compreendermos os pontos de contato entre memória e imaginário urbano; os motivos que elevaram uma anônima a ser atualmente considerada um dos ícones de Goiás; e a importância de se instituir outras reflexões que enriquecerão e contribuirão para que desvendemos as novas tendências da preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa, inicialmente efetuamos uma revisão bibliográfica de autores que trabalham a questão do patrimônio cultural, patrimônio imaterial e da diversidade cultural dialogando com a temática dos “tipos de rua” e demais excluídos da história oficial na cidade de Goiás, a partir das referências citadas anteriormente.

Em seguida, articulamos textos sobre tipos de rua, tempo e memória em cidades, com entrevistas realizadas com moradores

de Goiás que lembram da história de diferentes tipos. Finalmente, a partir de entrevistas, do texto poético de Cora Coralina e de outros suportes, reunimos uma série de discursos que possibilitaram recompor a trajetória de Maria Grampinho e compreender a sua instituição como um patrimônio cultural da cidade de Goiás.

Nos respaldamos em duas metodologias principais: a estratégia utilizada por Manoel Napoleão Alves de Oliveira (2003) quando estudou os “tipos de rua” relacionando-os com o tempo e a memória de cidades; e a utilizada por Karen Worcman (2006) em seus trabalhos no Museu da Pessoa.

De acordo com Oliveira (2003), o estudo dos “tipos de rua” na memória social deve ser realizado a partir de narrativas que articulem fontes orais e escritas:

Analisando fontes orais e escritas, as duas categorias são discutidas relacionando a primeira ao universo da oralidade e a segunda ao universo da escrita. A conclusão é que o aparecimento e a permanência dessas categorias na memória social só podem ser compreendidos se forem tomados os dois tipos de narrativas em conjunto, porque ambas expressam a reflexão que as comunidades em rápida transformação realizam, tornando estes indivíduos considerados singulares, excêntricos, pitorescos como topos de memória. Bobos e tipos de rua são, então, dois suportes para esta reflexão a partir do riso (p. 6).

Para tanto, optamos por articular as fontes escritas com entrevistas, metodologia que consistiu em importante subsídio para a realização de nossa abordagem. Convém destacarmos que, devido ao tradicional menosprezo pela temática, poucos são os registros escritos que retratam a trajetória dos tipos de rua, daí também surge outro motivo de termos recorrido aos relatos orais.

Nesse sentido elaboramos um questionário base que foi aplicado aos entrevistados com perguntas a respeito dos “tipos de rua” da cidade de Goiás-GO, suas lembranças, casos pitorescos, manias, como a população interagia com estes indivíduos, o que

eles representavam para a cultura local, abrindo espaço para perguntarmos sobre a trajetória de Maria Grampinho enquanto anônima e agora como um patrimônio cultural da cidade. Acreditamos que o diálogo entre essas fontes auxiliou preencheremos algumas lacunas dos discursos sobre a personagem e, principalmente, a reflexão sobre os interesses e as novas práticas de apropriação e promoção do patrimônio cultural.

Do mesmo modo procuramos seguir a concepção de Worcman (2006) quando afirma que os depoimentos, literatura e a reconstrução de histórias de vida podem contribuir para a recuperação não apenas do indivíduo em si, mas de toda uma dimensão social, visto que cada história de vida em isolado dialoga com um conjunto de informações maior e diferenciado que comporia a memória social:

Uma abordagem histórica tradicional baseada em documentos ou objetos da vida privada depende da articulação de quem os interpreta para adquirir significado histórico. A história do indivíduo tem uma lógica diferente. "É a micro história, capaz de demolir preconceitos e trazer a visão do outro" (...). Os depoimentos trazem as particularidades de cada um, diferentes visões e interpretações sobre momentos históricos comuns, além da emoção. "Cada pessoa é única e sua experiência de vida traduz essa unicidade, ao mesmo tempo somos sempre seres históricos. Somos uma intersecção entre nosso momento histórico e a nossa forma particular de filtrá-lo e vivenciá-lo" (In: MARIUZZO, p. 1).

Partindo dessas orientações metodológicas, buscamos reconstruir, através de narrativas de Cora Coralina e de pessoas que conviveram com uma das "vozes obscuras de Goiás" - entendidas como as vozes destituídas de direitos pelos integrantes da "boa sociedade" -, a trajetória de Maria.

Maria, nossa pesquisada, foi uma figura pública. Um tipo de rua é um personagem exposto, sua vida se confunde com a vida da cidade e, por isso, fica fixada no imaginário urbano. Se sua "casa" é a cidade, sua vida torna-se, assim como as igrejas, os palácios, os chafarizes e estátuas, um marco significativo para a investigação da

história de um período histórico da cidade que, por sua vez, é composta de tantas outras “Marias”.

Cumpramos adotar a lição de Maria Isaura Pereira de Queiroz ao destacar a importância do relato oral: “a história de vida é portanto técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1988, p. 36) concluindo que,

As histórias de vida poderiam constituir ferramenta valiosa para a intensificação de tais estudos, uma vez que se colocam justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz em seu íntimo. Tais observações reforçam as afirmações de que há nessa técnica uma riqueza potencial ainda não utilizada pelas ciências sociais, e de que seu refinamento enquanto mecânica de pesquisa, para ser alcançado, necessita de uma utilização prática devidamente acompanhada de uma reflexão metodológica cada vez mais aprofundada (p. 40).

De acordo com Kofes (2001), na investigação de trajetória de vida a partir de narrativas, devem ser observados alguns pressupostos: a memória é composta de lembranças e esquecimentos e essa luta ocorre nas relações entre os agentes quando instituem o que deve ser lembrado e esquecido, narrado ou não; a presença de embates políticos permeando as narrativas; e que o fato de não narrar alguém ou algo consiste em um eficaz mecanismo de instituí-los, de forma metafórica, como “mortos”. Segundo relata, o estudo de uma trajetória seria a reconstrução de um processo que configura uma experiência social singular.

Todavia, essa trajetória social singular dialoga com outras trajetórias, influenciando nas práticas coletivas a ponto de promover, no caso de nosso objeto de pesquisa, uma relativa inversão dos valores nas práticas de preservação e promoção culturais.

Patrimônio cultural, novas referências?

De acordo com Nascimento e Silva (1994), a cidade é caracterizada por um complexo fenômeno cultural e artístico que pode ser desvendado a partir de inúmeras abordagens e enfoques,

a exemplo da evocação literária. Em suas análises, relata que um dos temas mais pertinentes da História da Literatura é o da cidade e tudo o que dela deriva: a cidade como tessitura, trama da experiência literária é um ser vivo em permanente evolução. Sob esse aspecto,

para que esse organismo se desenvolva em harmonia, para que a voracidade dos investimentos imobiliários não destrua esse tecido urbano, é necessário que não se percam as referências da própria cidade e se resguardem suas raízes. As cidades são também o cenário de um processo de acumulação de valores históricos e de práticas sociais vividas por seus moradores. O conjunto desses valores é que constitui sua marca, sua identidade. Para que essa identidade não se apague, ao contrário, evolua, é necessário assegurar a convivência dialética entre os novos e os antigos valores. (...) Os escritores realizam um trabalho arqueológico, de busca da alma, da verdadeira essência das cidades. O mesmo deve ser feito pelos urbanistas que desejam ser autores de um trabalho duradouro, que resista ao tempo como toda boa obra de arte. Esta é a escrita enigmática das cidades (NASCIMENTO E SILVA, 1994, p. 7-10).

A história oficial da cidade de Goiás tem sido constantemente rememorada a partir de alguns vultos eleitos como significativos pelos legitimados nas disputas do campo do patrimônio cultural. Vultos como o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o escultor José Joaquim da Veiga Valle, os artistas plásticos Goiandira do Couto, Octo Marques e Siron Franco, o político Pedro Ludovico Teixeira e os escritores Hugo de Carvalho Ramos, Cora Coralina, e tantos outros que se tornaram referência cultural.

De acordo com Delgado (2003), investigar a instituição de Goiás como cidade histórica é indagar os atores e os processos de enquadramento da memória, ou seja, os processos de constituição, formalização e imposição da memória coletiva. No processo de produção de conteúdos para o passado

o investimento para solidificar e dotar de duração e estabilidade uma determinada memória para representar o conjunto da sociedade configura operações de seleção,

organização e uniformização da multiplicidade de significados atribuídos ao passado. Nessa perspectiva teórica, a memória coletiva é concebida enquanto coerção, como imposição, uma forma específica de violência simbólica (p. 396).

Todavia, existe um conflito entre a memória selecionada e criada pelos agentes legitimados e a memória subterrânea, acenada por Michel Pollack, efetivada a partir de um processo de subversão no silêncio. De acordo com Delgado (2003), as práticas discursivas dos guardiões oficiais da memória ganham novos contornos quando se observam as lutas e um confronto com a memória subterrânea. É a partir desse confronto de memórias que uma (des) afortunada tem assumido centralidade nos discursos da cidade de Goiás como representante de seus processos identitários, históricos e mnemônicos.

No livro *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*, Snow e Anderson (1998) estudaram as relações em torno dos considerados “tipos de rua” com foco para a denominada subcultura da vida de rua no universo urbano. Segundo relatam, torna-se necessário, além de dar voz aos sujeitos, privilegiar os contextos institucionais e as visões dos atores com os quais interagem, realizando, desse modo, uma análise multiperspectiva.

Para esses autores, os tipos de rua poderiam ser divididos a partir dos estilos de vida, aspectos cognitivos e tempo de vida nas ruas nos seguintes grupos: recém-deslocados e vacilantes irregulares; andarilhos tradicionais e andarilhos hippies; mendigos tradicionais e mendigos redneck; e doentes mentais. Também existiria uma subcultura da vida na rua pautada de um conjunto padronizado de comportamentos, rotinas e orientações criados pelos sujeitos, na busca pela adaptação às restrições políticas, institucionais, ecológicas e morais.

Outro foco importante de análise seria a observação da forma com que a sociedade reage à existência desses personagens, por eles definidas como: acomodadora (quando atende suas necessidades básicas, mas não contribui para que saiam das ruas);

restauradora (quando trata dos seus problemas fisiológicos, psicológicos ou espirituais); exploradora (voltada para o mercado); de exclusão/expulsão; e de contenção (que variam de acordo com as questões políticas; determinando o grau de tolerância social e policial).

Porém, questão central é a discussão do desabrigo ou da falta de fortuna. A análise da dinâmica do desabrigo deveria ser realizada a partir do diálogo entre dois conjuntos de fatores: as possíveis causas que conduzem às ruas e a trajetória pessoal de cada personagem, ou seja, fatores estruturais e fatores individuais pautados por distintas problemáticas pessoais, a exemplo da falta de apoio da família e da falta de sorte. Fatores que em conjunto contribuiriam para a compreensão das escassas possibilidades de reversão de suas trajetórias e para reforçarem a marginalidade, concluindo que, cada vez mais, os fatores que favorecem a vida nas ruas têm sido os estruturais e não apenas patológicos como querem considerar uma grande parte das pessoas.

Retomando as discussões acerca das relações entre os agentes no campo do patrimônio cultural na cidade de Goiás, Ademar Fraga (2005) na dissertação *Goiás, Patrimônio da Humanidade: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?* estudou o processo de exclusão simbólica na distribuição do capital simbólico no campo do patrimônio. Segundo avaliou, o aproveitamento e compartilhamento do capital social relativo às práticas patrimoniais em Goiás ocorrem de forma desigual, e os grupos dominantes possuem legitimidade a partir dos antigos modos de vida, especialmente no tradicionalismo. Desse modo, os próprios monumentos de Goiás celebrariam formas de vida antigas, relativas à tradição, reafirmando “a continuidade histórica de setores oligárquicos cujos agentes, detentores da marca da tradição, dominam as regras do jogo do campo social em que se dão as lutas e conflitos no processo de acumulação das formas de capital e da distribuição do poder simbólico” (p. 79). Segundo suas avaliações,

a desigualdade inerente a esse processo distributivo exclui da experiência e do significado de patrimônio histórico nacional e de Patrimônio da Humanidade os mais amplos setores sociais da cidade de Goiás. Parte da população, mesmo vivendo no espaço do sítio histórico, não se reconhece beneficiária nem simbólica nem materialmente da condição de moradores de uma cidade denominada de Patrimônio da Humanidade. (...) A centralidade do tradicionalismo, que rege o campo do patrimônio no microcosmo da cidade de Goiás, é dada pela importância das identidades pessoais dos agentes no espaço que impõem distinções sociais e a divisão desigual dos efeitos simbólicos do patrimônio histórico. Essas identidades são conferidas pelo realce do nome de família, pelos laços de parentesco e extensão da família patriarcal e sua hierarquia, bem como pela expressão política que se traduz na forma histórica da oligarquia, indissociável da defesa e da preservação do patrimônio histórico (p. 80-83).

Esse estudo se torna relevante na medida em que observamos uma distribuição desigual do poder simbólico relacionado ao campo do patrimônio cultural na cidade de Goiás. Ao constataremos uma distribuição diferenciada dos benefícios simbólicos e materiais na comunidade, podemos efetuar um paralelo com os símbolos que esta sociedade reverencia como representativos de seu patrimônio, símbolos que também são excludentes. Excludentes pois privilegiam apenas a herança portuguesa, de origem branca, de dominação católica, por exemplo.

De acordo com Izabela Tamaso (2005), a sociedade como um todo deveria participar da definição das políticas e na seleção dos bens a serem eleitos como representativos de sua cultura. A autora lança alguns questionamentos sobre as práticas culturais na cidade de Goiás, perguntando se algumas das suas referências não seriam construídas pelas agências governamentais e não-governamentais locais, regionais e nacionais; se as políticas de preservação estariam legitimando alguns bens e silenciando outros; quais os agentes sociais da cidade que participam ativamente dos processos de seleção dos bens culturais; e como pensar em representatividade se o poder simbólico ainda continua nas mãos de uma elite em detrimento da maioria da população. Todavia a pesquisadora encara esse “conflito”

como constitutivo das políticas de preservação dos patrimônios culturais:

O conflito é endêmico ao patrimônio. Os valores atribuídos ao bem cultural, quando entram em disputa, revelam um processo de hierarquização. Um valor será selecionado como mais importante e mais legítimo; os outros permanecerão como seus opostos complementares: valor artístico/valor da fé. O grupo que estiver de posse da gestão daquele bem cultural estabelecerá seus valores como mais legítimos. Na arena da disputa, os outros não poderão ser considerados (TAMASO, 2005, p. 15).

Essa disputa e a posse da gestão dos bens culturais, que tem o condão de conferir legitimidade às ações do patrimônio, constituem nosso ponto de partida para a compreensão das novas práticas no campo do patrimônio cultural. Lançamos a hipótese de que a dinâmica dos processos culturais na cidade de Goiás, com relação a atual valorização do “patrimônio não-consagrado”, não difere das demais cidades turísticas brasileiras. Compete compreendermos como um “tipo de rua”, historicamente marginalizado, e que alia à sua condição social os qualificativos de pobre, doente mental, negra e mulher, conseguiu superar a marginalidade, o anonimato, e hoje toma visibilidade nas práticas culturais de Goiás:

Olha, era vista como uma humilde e freqüentadora das ruas de Vila Boá, pois não incomodava ninguém. Às vezes, passava por despercebida, ou até mesmo, exclusiva do convívio social. E a sua cor negra e condição pobre fazia com que as pessoas aproximassem dela para oferecer alguma ajuda, pois ela não incomodava ninguém. (...) Olha, como museu tudo bem, afinal ela fez e faz parte da história e do acervo de Cora Coralina, sendo inquilina da casa por um bom tempo. Mas como bonecas e loja, vejo que a imagem de Maria Grampinho está sendo usada para ganhar dinheiro e mais claramente é para especulação financeira.
(Maria de Fátima da Silva Cançado, historiadora e arquivista)

Ela era vista como uma excluída da sociedade, sofria as injustiças do machismo e do racismo, além do descaso. E eu continuo reafirmando o não entendimento das ações que a levaram a ser de tal maneira. (...) Com certeza pessoas que têm o pensamento na mesma linha que o meu, de

reconhecimento a uma pessoa que deve ter sido muito discriminada pela sociedade. Essas citações seriam uma forma de reconhecimento, de retribuir a ela tudo o que ela nos faz pensar, ela abriu uma porta para certas discussões, ela acabou de tornando um mito.

(Thainá Clotildes de Assis Lobo, gestora)

Maria Grampinho, hoje virou designer de moda. É chique usar roupa inspirada na sua história de vida. Virou comércio. E isto é muito perigoso. Infelizmente, não estão usando corretamente os produtos inspirados em Maria. Há uma proliferação de bonecas mal feitas e com vestidos horríveis, inclusive bonecas usando chupetas. Muitos produtos apelativos com o intuito apenas de faturar em cima de sua imagem, que a meu ver está se tornando uma grande exploração comercial. O Instituto Rizzo, com o objetivo de arrecadar dinheiro para o Asilo São Vicente de Paulo, criou a boneca Maria Grampinho e a boneca Cora Coralina. Muito bem feitas. E, inclusive, a boneca Maria Grampinho, trás ao lado de sua trouxa, uma fita de seda, escrita com fragmentos do poema, Maria, de Cora Coralina.

(Marlene Gomes de Vellasco, professora)

Toda pessoa que não se enquadra nos padrões estabelecidos pela sociedade, sente o preconceito. Mariinha talvez nem fosse vista por muitos da sociedade. (...) Vivemos num momento que os olhos das pessoas se voltam para novos valores. Fico preocupada com algumas citações que ouço sobre Mariinha, não podemos correr o risco de inventarmos situações ou características que não faziam parte do mundo de Maria. (Salma Saddi Wares de Paiva, servidora pública)

Nesse aspecto, torna-se importante considerarmos os recentes estudos de gênero. Segundo Michelle Perrot (2005), há um silêncio na história quando se trata das mulheres, porém elas não se encontram sozinhas: o silêncio envolve outras vidas também tragadas pelo esquecimento. Todavia, pesa principalmente sobre elas devido à desigualdade dos sexos. A autora cogita que devido aparecerem menos no espaço público, objeto privilegiado das narrativas e observações, pouco se fala sobre as mulheres: “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de

representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam” (PERROT, 2005, p. 11).

A partir dessas considerações, algumas hipóteses foram suscitadas para a condução da pesquisa: Quais as especificidades que contribuem para que um bem cultural até então desprezado, assuma centralidade nos discursos? Os agentes que detêm a posse da gestão do patrimônio contribuíram para essa transformação? Essa figura, apesar de todos os fatores intrínsecos a sua condição social, estaria aliada a pessoas que detêm legitimidade no campo cultural? As pessoas ao construírem mitos em torno dos “tipos de rua” e as práticas em regra não convencionais realizadas por estes indivíduos, contribuíram para uma maior aceitação devido à busca pelo inusitado, pelos causos, pelas curiosidades? A relativa aceitação decorre de uma caricatura, de um filão comercial introduzido pelas novas práticas turísticas? O preconceito estaria encoberto pela renda que os produtos ofertados com o poder simbólico que os “tipos de rua” oferecem? Ocorreu uma mudança nas apropriações que os agentes do patrimônio efetivaram sobre seus bens culturais? Até que ponto seres historicamente marginalizados, invisíveis, na sociedade de Goiás, como mulheres, negros, pobres, doentes, portadores de práticas e comportamentos destoantes das recomendadas pela “boa sociedade” contribuem para a reconstrução das relações sociais? Enfim, até que ponto o patrimônio imaterial e a diversidade cultural contribuem e interferem nas práticas de gestão do patrimônio cultural?

Novas práticas patrimoniais: o exemplo de Maria Grampinho

De posse desses questionamentos e na intenção de estudar um “tipo de rua”, ou personagem social, que favorecesse a obtenção de algumas respostas, optamos por desvendar a trajetória de Maria da Purificação, popularmente conhecida como Maria Grampinho, que se enquadra nos requisitos transcritos: um tipo anteriormente

desprezado, negra, mulher, pobre, doente mental, e que atualmente vem tomando centralidade nos discursos sobre o patrimônio cultural da cidade de Goiás.

Os tipos de rua foram metaforicamente “mortos” em nossa história e devemos os ‘sobreviventes” a textos de literatos, a escassos registros sobre essa temática e a lembrança dos que conviveram com estes personagens:

Eram chamados de “excentricidades”, os tipos de Goiás. Cada um com sua tipicidade, tipos populares de Goiás. Eram homens e mulheres pelas ruas da cidade, onde podiam ser encontrados a toda hora e possuíam o maior respeito um pelo outro. Segundo leituras já feitas e através de pessoas mais velhas como meus avós, existiram: Bojota, Zé Pequi, Mané-Boi, Benedita Cocá, Maria Louca, Antônio Meia-Quarta, Maria Bolo de Arroz, Maria Pa-pa-pa, Maria Sete Saias e Mane Copinho. São famosos, pois são temas de nossa história. Havia também o Xará, que no século passado, era o que chamávamos de seresteiro, por fazer serenatas e ofertar flores para as mulheres moças. Havia também o Peregrino Cofre das Almas, famoso carregador que ganhava a vida como carregador do mercado público, e outros mais. (Maria de Fátima da Silva Cançado, historiadora e arquivista)

Hoje a cidade é marcada por pessoas conhecidas de seus moradores e turistas, como o Piruca, o Hugo e suas múltiplas personalidades, João Gambá e suas roupas coloridas, e outros, não tão conhecidos, mas que marcam as pessoas em seus caminhos. (Aline Rezende, estudante)

Existem vários, por exemplo o Peruca é um tipo de rua que marca por não ter uma constância de vida: ao mesmo tempo em que se entrega às drogas e a bebida, ele luta contra essa situação se manifestando como se fosse um pastor ou padre. Também existe o Fernando, que é um ser humano que por deficiências físicas e psicológicas não se desenvolveu educacionalmente, mas consegue passar toda aquela vontade que existe em cada um de nós, pois ele se veste de vigilante, de guarda, de promotor, jogador de futebol, de advogado, de seresteiro etc. Ele assume o papel do pobre, do rico, do negro, sem a distinção, sem o preconceito, sem o medo de atingir, isso não o atinge, fazendo inconscientemente. Ele representa o papel do não preconceito. Aqui em Goiás tem cada peça, vários tipos de rua, só tem artista. Homens e mulheres que nos seus momentos de loucura se vestem das

mais variadas formas, interpretam vários personagens, para mostrar o desequilíbrio da alma. (Thainá Clotildes de Assis Lobo, gestora pública)

Nas ruas e becos da cidade de Goiás, sempre passaram figuras e personagens exóticas, andarilhas, dentre elas podemos destacar: Mané Copinho, Lulu, Benedito de Sá Figênia, Tarzan, Antônio Meia Quarta, Mané Boi, Arinda, Maria Paga Vela, Zé Pequi, todas figuras do passado. No presente temos a Maria Grampinho. (Marlene Gomes de Vellasco, professora)

É característica da cidade interiorana vivermos com maior intensidade esses personagens, coisa que a cidade grande não permite, pela própria impessoalidade entre os moradores. Na minha infância lembro-me de Lulú, ele se machucava com vidro quebrado, lembro-me que ele tinha os olhos claros e olhava com profundidade pra gente, sentia um pouco de medo do Lulú. Dotan, ele era um moreno alto, que ficava no mercado, havia machucado a perna. Lembro-me que Mariinha não gostava que os meninos brincassem dizendo "Mariinha de Dotan", ela ficava MUITO brava. Vovó Arara, andava com uma violinha debaixo do braço e tocava pra gente, havia umas fitas amarradas no braço da viola, era uma pessoa com sorriso bonito e que não incomodava ninguém. (Salma Saddi Wares de Paiva, servidora pública)

Desse grupo, alguns nomes tornaram-se recorrentes na cidade de Goiás: Zé Pequi, Maria Jaó, Maria Arara, Antônio Meia Quarta, Peregrino Cofre das Almas, Manoel Boi, Maria Macaca, Benedita Cocá, Hilário Biscoito, Evaristo, Mané Copinho, Nego Bobo, Luluzinho, João Mocoiba, Sabiá, "Professora" Leontina e Maria Grampinho. A trajetória singular desta última foi decisiva para que a escolhêssemos como objeto de análise.

Além disso, o fato de ter morado trinta anos com a poetisa Cora Coralina, considerada representante maior do patrimônio na cidade de Goiás; tendo sua trajetória registrada em poesia, constituindo um contundente testemunho de sua importância para a memória da cidade; o acesso aos seus documentos, pertences e fotografias, hoje sob a guarda do Museu Casa de Cora Coralina; a existência de uma sala em sua homenagem no referido museu; a emergência das discussões identitárias, raciais, de gênero, sobre

patrimônio imaterial e diversidade cultural; a simbologia de Maria Grampinho estar se tornando em uma fonte de renda para a população local, na confecção de roupas, bonecas estilizadas etc.; consistem em elementos que justificam nossa escolha.

Nossa análise apontou para a singularidade e a riqueza de informações sobre a trajetória social dessa personagem e, principalmente, de sua influência nas atuais práticas culturais na cidade de Goiás. Portanto, a partir dos dados captados, seguiremos os passos de Maria.

Maria da Purificação nasceu na cidade de Goiás, em 2 de fevereiro de 1904, e faleceu na mesma cidade, em 24 de setembro de 1985. Sabe-se que era filha de Ângelo de Faria e de Norberta Ribeiro Abreu.

O primeiro registro encontrado e que, perpetuou sua trajetória, consiste na já referida poesia de Cora Coralina publicada no livro *Vintém de Cobre: meias confissões de Aninha*, em 1983:

Coisas de Goiás: Maria
Maria, das muitas que rolam pelo mundo.
Maria pobre. Não tem casa nem morada.
Vive como quer:
Tem seu mundo e suas vaidades. Suas trouxas e seus botões.
Seus haveres. Trouxa de pano na cabeça.
Pedaços, sobras, retalhada.
Centenas de botões, desusados, coloridos, madre-pérola,
louça,
vidro, plástico, variados, pregados em tiras pendentes.
Enfeitando. Mostruário.
Tem mais, uns caídos, bambinelas, enfeites, argolas, coisas
dela.
Seus figurinos, figurações, arte decorativa,
criação, inventos de Maria.
Maria grampinho, diz a gente da cidade.
Maria sete saias, diz a gente impiedosa da cidade.
Maria. Companheira certa e compulsada.
Inquilina da Casa Velha da Ponte.
Digo mal. Usucapião tem ela, só de meu tempo, vinte e seis
anos.
Tão grande a Casa Velha da Ponte...
Tão vazia de gente, tão cheia de sonhos, fantasmas e
papelada,

tradicionalis papéis de circunstância.
Seus fantasmas, enterro de ouro. Lendas e lendas.
Cabem todas as Marias desvalidas do mundo e da minha
cidade.
Quem foi o pai, e a mãe e a avó de Maria?
Quantos anos tem Maria? Como foi que nasceu? De que jeito
sobreviveu?
Estacou no tempo, procura sempre no quintal seus
grampinhos
repassados na densa e penteada camada capilar,
onde acomoda em equilíbrio singular seus mistérios...
Teres e mordomias e seus botões alegres, coloridos, seriados,
chapeando a veste, que por ser pobre não deixa de ser nobre,
resguarda sua nudez casta, inviolada.
Sete blusas, sete saias, remendos, cento de botões
cem números de grampinhos. Muito séria, não dá confiança.
Garrafa de plástico inseparável. Água, leite, mezinha será...
Entre, Maria, a casa é sua.
Nem precisa mandar. Seus direitos sem deveres,
vai pela manhã e volta pela tarde.
Suas saias, seus botões, seus grampinhos, seu sério, muda e
certa.
Maria é feliz. Não sabe dessas coisas sutis e tem quem a ame.
Uma família distinta da cidade, que a conheceu em tempos
dá referência: Maria tinha até leitura e fazia crochê,
ponto de marca, costurava.
Tem a moça Salma, humana e linda, flor da cidade,
luz da sociedade goiana, ela preza Maria e fala
como fala a generosidade das jovens: Maria me contava
estórias,
quando eu era pequena.
Fui carregada nos braços de Maria.
Meus filhos e netos quando chegam perguntam:
“E Maria, ainda dorme aqui?”
Todos gostam de Maria, e eu também,
Estas coisas dos Reinos da Cidade de Goiás.
(Coralina, 2001b, p. 39-41).

Na luta pela instituição das memórias, Cora retratou algumas características que possibilitam reconstruir Maria: pobre, andarilha, sem casa, vaidosa, séria, carregava uma trouxa cheia de botões e roupas, usava grampinhos e dormia na casa da poeta. Na poesia, observamos que a própria poetisa buscou reconstituir a trajetória de Maria, questionando sua família, origem, idade, formas de sobrevivência, através do que observou e das narrativas de outras

peças da cidade, captando mais informações sobre essa “obscura”. Todavia, deixa escapar algumas pistas: possuía leitura, costurava, era bem relacionada e amiga dos familiares de Cora e de algumas famílias da cidade. Serão esses os caminhos do nosso itinerário.

Na biografia *Cora coragem, Cora poesia* (2002) escrita por Vicência Tahan, filha de Cora Coralina, Maria Grampinho tornou-se um dos personagens que teriam contribuído para significativas mudanças na trajetória social da poeta. Na obra, os primeiros anos de nossa personagem foram assim descritos:

Maria Grampinho é das poucas que têm trabalho fixo. É empregada há anos em casa de dona Augusta e do senhor Raimundo, mas sempre teve o costume de vir à tarde para o Casarão, onde tem pouso certo. Entra pelo fundo do quintal, fica cantando ou conversando sozinha à beira da bica d’água do porão (p. 55).

Nessa narrativa, observamos que Maria possuía um trabalho fixo antes de se transformar na personagem “Maria Grampinho”. Isso nos leva a questionar o que a teria levado a se tornar um tipo de rua?

Segundo os comentários vindos de pessoas mais velhas, foi devido a uma grande decepção, não sei dizer se amorosa ou familiar. Pois afirmam que era uma pessoa de comportamento normal, e que frequentou escolas e era mito inteligente. (Maria de Fátima da Silva Cançado, historiadora e arquivista).

Acho que isso está ligado a frustrações psicológicas, amorosas, ao não entendimento, a criação paterna e materna, a pessoa se torna órfão dessa necessidade familiar. Escolheu um destino na vida que, para muitos, é estranho, mas que talvez para ela era o que ela buscava, era a sua lógica de vida, para passar o tempo, para passar a vida, ou mesmo era uma andarilha para observar tudo aquilo que acontecia ao seu redor, sob seu ponto de vista, seu olhar crítico. O que poderia ser anormal para as pessoas que a viam, poderia ser normal para ela. (Thainá Clotildes de Assis Lobo, gestora pública)

Eu não posso afirmar, mas segundo informações extra-oficiais de pessoas que conviveram com ela, de que Maria se tornou

andarilha, após uma decepção amorosa. (Marlene Gomes de Vellasco, professora)

Já conheci a Mariinha assim. Quando criança ouvi minha mãe dizer que Mariinha havia perdido a família de forma trágica, num incêndio, de modo que não sei precisar o ocorrido. (Salma Saddi Wareess de Paiva, servidora pública)

O livro *Causos: resgatando a história oral da Cidade de Goiás* (2001), informa que Maria era uma pessoa normal e com alguma instrução, que chegou a frequentar o Colégio Santana. Porém, “após ter sofrido uma desilusão amorosa, perdeu a fala e também a razão. A partir daí passou a perambular pelas ruas e becos da cidade, recolhendo tudo o que lhe interessava. (...) Em seu imaginário, ela queria estar sempre bonita para quando o seu amado regressasse” (p. 21).

A partir desse momento, teria se tornado Maria Grampinho:

O apelido é por causa do número incrível de grampinhos que traz prendendo o cabelo lúcido, cheio de ondinhas, penteado com a ajuda de óleos. Há centenas de grampos em sua cabeça. Todos da casa, acostumados a sua presença diária, não se preocupam com ela. Sabem que só virá dormir (...) algumas vezes, alguém puxa prosa com ela, mas as respostas são monossilábicas (TAHAN, 2001, p. 55).

No imaginário das crianças Maria Grampinho estava sempre presente. Um personagem que saía às ruas com uma trouxa, vestindo sete roupas e com mais de cem grampos no cabelo. Mote perfeito para que os pais a instituísem dentre o rol de castigos aos filhos desobedientes: “se não obedecer, Maria vem, te coloca na trouxa e leva”.

Já entre os adultos, com exceção de algumas famílias amigas, Maria Grampinho causava indiferença. Era apenas mais um dos muitos tipos cuja vida se confundia com o cotidiano da velha Goiás. É comum ouvir das pessoas a expressão: “Maria vivia em seu mundo”. Mas Maria não vivia em um mundo à parte, sua vida se passou nas estreitas ruas da cidade de Goiás e, à noite, no porão da

casa de Cora Coralina, local onde dormiu por mais de trinta anos e onde foi encontrada morta, em 1985. Vejamos alguns relatos sobre Maria:

Conheci Maria Grampinho na casa da poetisa Cora Coralina, lugar onde sempre freqüentei desde a minha infância. Assim sendo, conheci e convivi com a Maria Grampinho. Ela chegava pontualmente à Casa Velha da Ponte, todos os dias às 16 horas, com a sua trouxa de roupas, acompanhada de um cão vira lata de cor preta. Atravessava a varanda e ia para o quintal, ficava até às 18 horas, quando entrava na casa e ali próximo da porta, que dá acesso ao quintal, ela abria a sua trouxa, tirava o lençol e com o resto das roupas fazia o seu travesseiro. Podia estar qualquer pessoa na varanda, conversando com Cora, que ela não se incomodava. Fisicamente, Maria Grampinho era baixa, cor parda, cabelos curtos e cheios de grampos. Era magra, mas parecia gorda por causa das várias saias e cordões amarrados na cintura. (...) Maria era uma mulher de seu próprio mundo. As famílias a tratavam muito bem. Podemos citar: Cora Coralina, as famílias Samahá (Dona Sureia, Tia Fina, Dona Rosa e Milza) e a família Saddi (Dona Olga, Maninha, Edmundo, Salma e Abdoow). Lugares onde ela tomava as suas refeições diariamente. Inclusive, Maria foi enterrada no túmulo da família Saddi. Os garotos da cidade a chamavam de Maria sete saias, grampinho, e ela ficava furiosa, xingando baixinho. Creio que a sociedade a recebia sem maiores questionamentos existenciais. (Marlene Gomes de Vellasco, professora)

Conheci, desde pequena fomos criados com Maria, ela era uma pessoa extremamente silenciosa e carinhosa, através de pequenos atos ela demonstrava carinho. Às vezes pedia a ela um abraço, ela não sabia abraçar, mas não recusava receber o abraço, ela ficava durinha e dos seus lábios saía um som incompreensível. Gostava de vestido novo, ia à missa todo domingo e ficava no final da Igreja, sempre solitária. No fundo da Igreja havia uma pedra grande, parte da cantaria dos portais, ali era o canto de Mariinha. Mariinha sabia fazer crochê, certa feita me deu um forro cor de rosa, de presente de casamento, ela me entregou na véspera do meu casamento, entendi como um presente, porque ela quase nunca falava. Quando meus filhos eram bebezinhos eu pegava e colocava no colo de Mariinha, ou pedia para ela me ajudar a olhá-los, percebia a alegria nos olhos dela, e como ela gostava daquela situação. Ela era muito amorosa. (...) Ela freqüentava algumas poucas casas, Dona Fina Pelles, a nossa casa e a de

Cora Coralina onde tinha o seu cantinho, onde guardava seus pertences e dormia. Sei que dessas três famílias ela recebia alguma forma de ajuda, tudo muito simples. Gostava de presentes, no Natal minha mãe sempre mandava fazer vestido novo para Mariinha ir à missa. (Salma Saddi Wares de Paiva, servidora pública)

Segundo Lima (2004), pessoas como Maria Grampinho são duplamente discriminadas, enquanto mulher e como ser humano. Maria teria fugido aos estereótipos do sexo feminino, que acima de tudo deve ser belo e estaria condenada a viver sozinha e beata já que não pôde exercer a função principal da mulher, de acordo com as convenções patriarcais, que é a de ser esposa, mãe e dona de casa. Porém, o seu alheamento em relação às pessoas e ao mundo teria criado, entre eles, um vínculo com sua presença, através de suas excentricidades.

Para Ferraz (2000), entre o tipo de rua e a sua comunidade se estabelece um modo singular de comunicação e de relacionamento, pautado em diversas formas de afeto que aquele suscita em seu grupo social: compaixão, curiosidade, temor, interesse, repugnância, desprezo, dentre outras. Nesse relacionamento com o grupo do qual é integrante, há momentos e que o cidadão comum parece adentrar o mundo do excêntrico ou por ele tocado de algum modo. O tipo de rua portaria um certo “grau de expressividade”, decorrente do conjunto de suas características, o deixando atraente ao olhar da comunidade e que são acentuadas pela maneira como ele reage à abordagem social a ele dirigida.

Mas além dessas características pessoais, como Maria reuniu essa expressividade e se tornou um ícone de Goiás?

Após as mortes de Cora Coralina e de Maria Grampinho, em 1985, seus amigos criaram a Associação Casa de Cora Coralina, transformando a Casa Velha da Ponte em um dos mais conhecidos museus do país. Desde essa época a história de Maria foi incorporada ao museu, que abriga um espaço em sua homenagem onde os monitores diariamente recompõem, diversas vezes, essas histórias, divulgando a trajetória de Maria para além do Atlântico.

Maria Grampinho passou a ser presença constante em livros, revistas, filmes, dissertações e outros trabalhos. Sua imagem, hoje, é mais reconhecida do que a de muitos escritores, intelectuais, políticos e demais indivíduos que também ajudaram a construir a história de Goiás. A anônima Maria tornou-se referência cultural de Goiás.

Referência que tem ajudado a muitos outros concidadãos. É comum ver nos artesanatos e lojas, bonecas de pano vestidas de retalhos com uma trouxa e grampinhos:

Maria Grampinho. Esse nome que mais parece brincadeira de criança era o que usavam para chamar uma descendente de escravos imortalizada em poema de Cora Coralina. Agora, também é nome de uma loja instalada na praça principal da Cidade de Goiás, a antiga capital do Estado, conhecida como Goiás Velho e Patrimônio Histórico da Humanidade, com seu preservado conjunto arquitetônico e histórico dos tempos coloniais. É a mesma cidade de Maria Grampinho, Cora Coralina e da dona da loja, a artesã Elenízia da Mata. As histórias se entrelaçam definitivamente com o nascimento da loja, em outubro de 2005, resultado de um sonho impulsionado por outra iniciativa: o Encontro Afro-Goiano promovido pelo Sebrae em Goiás e parceiros locais, que entra este ano em sua terceira edição. Entre os objetivos desse evento está o resgate da história e da cultura negra no País e a transformação desse potencial em negócios por iniciativas empreendedoras dos afro-descendentes. (...) Para o sucesso do empreendimento, Elenízia cuidou de detalhes como o nome a ser dado para a loja. Formada em Letras e participando de atividades teatrais, começou a fixar idéia quando se deparou, em um dos espetáculos, com um quadro que levava esse nome. Pesquisou mais e encontrou, nessa figura, o perfil ideal. Era uma negra que perambulava nas ruas da, hoje, Cidade de Goiás, e que costumava encher os cabelos de grampos e agregar, à sua roupa, tudo que encontrava à sua frente, como plásticos, retalhos e botões velhos. "A seu modo e no seu mundo, ela já apresentava uma proposta pós-moderna da moda", avalia a artesã. E o que a famosa goiana Cora Coralina tem com a história? Abrigou Maria Grampinho, que dormia no porão da casa da escritora, hoje um museu onde também são encontrados pertences dessa mulher de jeito peculiar de se enfeitar. Cora imortalizou Maria Grampinho no poema 'Coisas de Goiás - Maria' (TAVARES, 2006).

Maria Grampinho se transformou em produto turístico e foi um dos vultos que auxiliaram a construção do dossiê, enviado a UNESCO, que reconheceu a cidade de Goiás, Patrimônio Mundial, em 2001. Maria não é somente um tipo de rua, é um tipo de cidade, de comunidade, de memória. Nela encontramos uma identidade que não necessita de palavras. Assim como o seu labor cotidiano de reunir vestígios, Maria também conseguiu imprimir, em sua trajetória, importantes registros de seu lugar e de seu tempo.

Esta breve reconstrução possibilitou visualizarmos algumas das recentes mudanças nas práticas do patrimônio cultural brasileiro, que têm valorizado o excêntrico, o diverso, reconhecendo-o como portador de uma memória significativa a compreensão da identidade sócio-cultural dos povos.

Maria já não se pertence. Não pertence somente à cidade de Goiás. Seguramente, do alto, Maria da Purificação observa, serena, seu reconhecimento: a um ser que escolheu Goiás como casa e o mundo como região. Reconhecimento que deve ser ofertado não somente a ela, mas a todos os obscuros que ajudaram e ajudam a compor os reinos de suas cidades e que estão forçando gestores culturais e demais agentes a repensarem a sua função na sociedade a que pertencem.

Notas

* Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília – UNB. Linha de pesquisa: Arte, Cultura e Pensamento Social. E-mail: clovisbritto@bol.com.br.

** Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidade Estadual de Goiás – UEG.

Referências

ALENCASTRO, Jane de. Memórias de Aninha. In: *Leitura: teorias e práticas*. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1973.

CAUSOS: resgatando a história oral da Cidade de Goiás. Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2001.

CORALINA, Cora. Meu livro de Cordel. 9. ed. São Paulo: Global, 2001a.

CORALINA, Cora. Vintém de Cobre: Meias confissões de Aninha. 8. ed. São Paulo: Global, 2001b.

DELGADO, Andréa Ferreira. A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2003.

FERRARA, Lucrecia D’Alessio. Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FERRAZ, Flávio Carvalho. O louco de rua visto através da literatura. Psicol. USP, 2000, vol.11, no.2 p.117-152.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. Revista do Patrimônio: Cidadania. N. 24. Brasília: IPHAN, 1996.

FRAGA, Ademar Duarte. Goiás, Patrimônio da Humanidade: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social? Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2005.

FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio: Cidadania. N. 24. Brasília: IPHAN, 1996.

KOFES, Suely. Uma trajetória em narrativas. Campinas SP: Mercado de Letras, 2001.

LIMA, Omar da Silva. **Cora Coralina & vozes emersas**. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2004.

MAGNAMI, José Guilherme Cantor. **A rua e a evolução da sociabilidade**. Revista Digital de Antropologia Urbana. 1993. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/RUA.html> Acesso em 22.maio.2006.

MARIUZZO, Patrícia. **Contando histórias de vida: museu da pessoa trabalha com a micro história, capaz de demolir preconceitos e trazer a visão do outro**. 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=189> Acesso em: 22.maio.2006.

NASCIMENTO E SILVA, Luís Roberto do. **A escrita das cidades**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, n.º 23, 1994.

OLIVEIRA, Ana Gita de. **Salvaguarda do patrimônio cultural: bases para a constituição de direitos**. 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=568> Acesso em: 22.maio.2006.

OLIVEIRA, Manoel Napoleão Alves de. **Bobos e tipos de rua: tempo e memória em cidades**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: MORAES, Olga (Org.). Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice, 1988.

REZENDE SILVA, Maria Beatriz Setúbal de. **Preservação na gestão**

de cidades. Revista do Patrimônio: Cidadania. N. 24. Brasília: IPHAN, 1996.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TAHAN, Vicência Bretas. *Cora coragem, Cora poesia*. 4. ed. São Paulo: Global, 2002.

TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...* Revista Sociedade e Cultura. Universidade Federal de Goiás. V. 8. n. 2, jul/dez. 2005.

TAVARES, Dilma. *Encontro afro-goiano inspira criação da Loja Maria Grampinho*. 2006. Disponível em: <http://asn.interjornal.com.br/site/noticia.kmf?noticia=4637188&canal=214>
Acesso em: 22.maio.2006.

Abstract

The present paper aims at to recoup the trajectory “of Maria Grampinho in the Cidade de Goiás from the analysis of diverse “speeches, contributing, thus, for the study of “news tendencies of the cultural patrimony in Brazil. Search “to understand the changes in the field of the cultural patrimony, to “leave, in this way, in the question of the memory and the social “representations. It contributes, therefore, for the management of “speeches that comes emerging in the scene of the culture, with new “actors, practical and effect: the recognition of the value that “previously he was kept out of society, not-consecrating, in the “field of the patrimony. It intends, thus, to supply ways the “understanding of a new category of symbols that if institute in the “battle between souvenir and forgetfulness.

Keywords: patrimony, identity, culture.